

A mentira na psicanálise

LYING IN PSYCHOANALYSIS

*Luciano Elia**

RESUMO

O trabalho versa sobre o modo particular com que o discurso psicanalítico, condensando neste termo as dimensões coextensivas de campo de saber e experiência concreta, concebe e opera com a dimensão da mentira, dela jamais dissociando a problemática da verdade, seu contraponto essencial numa perspectiva ao mesmo tempo dialética e inconsciente. Uma questão metodológica se impõe como preliminar a toda a discussão: a distinção entre a mentira como dimensão essencial à verdade, em uma concepção dialética, e como imposição do próprio inconsciente, e a mentira como recusa deliberada da verdade, sem qualquer trama dialética, a mentira como prática humana canalha e fascista. O autor examina então diferentes aspectos do saber e da experiência psicanalítica nos quais a dimensão da mentira se apresenta, assinalando suas incidências peculiares em cada um dos aspectos considerados.

PALAVRAS-CHAVE: Mentira; Psicanálise; Inconsciente; Dialética

ABSTRACT

This work examines the particular way in which psychoanalytic discourse – understood here as the coextensive dimensions of a field of knowledge and a concrete experience – conceives of and operates with the dimension of lying, never dissociating it from the problem of truth, its essential counterpoint in a perspective that is simultaneously dialectical and unconscious. A methodological issue arises as a preliminary to the entire discussion: the distinction between lying as an essential dimension of truth, in a dialectical conception and as an imposition of the unconscious itself, and lying as a deliberate refusal of truth, devoid of any dialectical framework – lying as a vile and

* Psicanalista, AME (Analista membro da Escola) do Laço Analítico/Escola de Psicanálise, professor titular da área de Psicanálise, hoje atuando no Mestrado profissional em Psicanálise e Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, campus Zona Oeste (UERJ/ZO), situado no bairro de Campo Grande, supervisor clínico-territorial do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial Neusa Santos Souza, da rede municipal de Saúde Mental do Rio de Janeiro, situado no bairro do Jabour, Senador Camará, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro

fascist human practice. The author then examines different aspects of psychoanalytic knowledge and experience in which the dimension of lying is present, highlighting its particular manifestations in each of the aspects considered.

KEYWORDS: Lies; Psychoanalysis; Unconscious; Dialectics

Entrada na questão

A mentira definida como o contrário da verdade é uma noção eminentemente positivista e, como tal, pouco ou nada interessa a um debate sério, rigoroso e consequente sobre ela. E esta perspectiva é *positivista* ao pé da letra, porquanto não inclui qualquer consideração da negação ou negatividade do movimento do modo de pensamento que responde pelo nome de dialética precisamente por não admitir oposições disjuntivas ou meramente antonímicas como a que se estabelece entre duas supostas positivities – verdade *versus* mentira.

Sendo a psicanálise um campo de saber e práxis derivado do que denominamos, em outra publicação, de *inflexão hegeliana*, que, em nosso modo de ler, permitira uma primeira derivação metodológica da história dos saberes – o materialismo dialético ou marxismo, ela não compartilha com qualquer espécie de positivismo em suas elaborações teóricas, que tomam a forma concreta de suas operações ditas clínicas, mas que só o são aproximativamente, posto que, antes de tudo, são constitutivas do que podemos denominar de experiência psicanalítica, que está longe de ser redutível a uma modalidade de tratamento psíquico. Assim, a questão da mentira assume um valor excepcionalmente importante e complexo na psicanálise, e é para tão-somente começar a esboçar algumas linhas de abordagem desta questão que escrevemos o presente texto.

Para isso, começamos, como não poderíamos deixar de fazer, pelo próprio campo do inconsciente. Sim, o inconsciente é um campo, não uma função, no sentido preciso que Lacan dá a esses dois termos na aurora de seu ensino, na famosa conferência proferida em Roma, a convite do Instituto de Psicologia da Universidade desta cidade tão especialmente histórica, intitulada *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*. Incidentalmente, diremos que este momento inaugural de seu ensino marca o rompimento formal – posto que o rompimento real já se houvera operado em ato desde a fundação da psicanálise por Freud, em torno do início dos anos 90 do século XIX – com toda e qualquer forma de funcionalismo na psicanálise. Não trabalhamos com funções, mas com um campo (a linguagem, com cuja estrutura o inconsciente se forma), do qual uma única função, que entretanto se desdobra em duas, se depreende (a fala, correlata da *função sujeito*). Linguagem e fala como arquitetura, inconsciente e sujeito como engenharia operacional do campo inédito que veio então ao mundo, a psicanálise.

Ora, é o inconsciente que estabelece as condições do que Freud foi levado a designar conceitualmente como a *primeira mentira da histórica*, o *proton pseudos*, já em 1895, no seu *Projeto para uma psicologia científica* (FREUD, 1969 [1895]), que ele optou por não publicar na ocasião, por importantes razões epistemo-políticas, e que só veio a lume 11 depois de sua morte, em 1950. O sintoma histórico contém uma dimensão de mentira, de narrativa de fatos não ocorridos na história biográfica e positiva do sujeito, mas que, por serem traumáticos, foram transmutados no que o sujeito narra, por incidência do inconsciente, do qual recebem, assim, a certidão de verdade. São mentiras que indicam o caminho da mais íntima verdade do sujeito.

1. Uma distinção metodológica

Antes de prosseguirmos, cabe introduzir neste ponto um critério de demarcação que parcializa e discrimina o campo da mentira, como de resto muitos outros campos, sob a ótica da psicanálise. Nem toda mentira está articulada à dimensão do inconsciente, que, como dissemos acima, estabelece a mais íntima relação da mentira com a verdade. Podemos dizer que há mentiras que são “puramente” mentiras, não dialetizadas com a problemática da verdade, mentiras sem dialética nem vergonha, mentiras que simplesmente se regozijam do ato de mentir. Assim são, por exemplo, as *fake news* que grassam nas redes sociais da nossa contemporaneidade, sempre a serviço da desestabilização do laço social civilizado, e que são próprias dos movimentos de direita, extrema-direita, fascismo, sempre ávidos por manter focos de puro exercício de poder, opressão, segregação e eliminação do que lhe faz objeção, ou simplesmente do que é desviante em relação a um vetor que os grupos mais poderosos decidem como hegemônico: supremacia branca, masculina, heterossexual, economicamente abastada, o que constitui, por antítese, os indesejáveis: negros e indígenas, mulheres, corpos desviantes, pobres, loucos, usuários de drogas, população de rua, entre outros.

Também pertence a esta categoria as mentiras não derivadas da contradição e da negatividade dialética e do campo do inconsciente: aquelas que são a base a falsas acusações, condenações, cancelamentos, práticas frequentes na contemporaneidade, que distorcem e acabam por comprometer uma outra dimensão de avanço civilizatório da mesma modernidade: a possibilidade de falar e tirar do silenciamento práticas de assédio sexual normalizadas pela ideologia machista. A mentira que se aloja nas legítimas denúncias que hoje, graças à força dos movimentos

feminista sério, LGBTqia+, trazem à luz do dia as práticas de abuso de poder contra mulheres e pessoas em posição social e profissional mais fragilizadas, são na verdade uma traição à causa que move histórica e culturalmente estes movimentos de transformação social.

Homologamente a esta distinção entre a mentira dialeticamente articulada ao inconsciente ou ao campo da práxis histórica e social e a mentira que, por não estar em alguma rede ou trama discursiva, agride, de fora, toda forma de laço social, podemos dar o exemplo de diferentes modos de ato criminal, o que nos impõe uma interrogação sobre a uniformidade e universalidade do abolicionismo penal. Adotar esta posição pressupõe uma distinção semelhante quanto ao estatuto do crime. Há os crimes que designaremos como psicossocialmente determinados, ou seja, cujos fatores causais não podem, em nenhum caso, ser reduzidos ao plano individual do agente criminal, sempre implicando em sua determinação primordial as condições sociais, econômicas e culturais do contexto em que esses crimes ocorrem, e sempre envolvendo um número extenso de pessoas que vivem em condições degradantes quanto a vários aspectos: recursos econômicos, nível de instrução e formação profissional, modo de moradia e circulação no espaço urbano, ao que se associam a discriminação de etnia, gênero, habilidade física, idade, crença religiosa. Tudo isso leva a que toda forma de punição de crimes praticados nessas condições incorra no que os autores mais críticos do campo da Criminologia Crítica denominam a criminalização da pobreza.¹

Fazemos aqui esta excursão pontual a um outro tema que não é o que constitui o objeto do presente artigo (*A Mentira na psicanálise*) para

1 No Brasil, citamos a obra Punidos e Mal Pagos: Violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje, de Nilo Batista, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2019. No exterior, a obra do canadense Loïc Wacquant As prisões da miséria, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

estabelecer um paralelo, uma homologia com o que, no campo temático da mentira, não se poderia conceituar como a parceira dialética da verdade. Metodologicamente, afirmamos que existem pelo menos duas grandes formas da mentira: a mentira dialética, articulada ao inconsciente, e a dissociada de qualquer articulação dialética ou inconsciente, a mentira canalha, fascista.

De nossa parte, adotamos do modo mais franco e radical a posição do abolicionismo penal, mas não a universalizamos num movimento abstrato que faria equivaler, por exemplo, o engajamento de milhões de jovens de populações periféricas nas grandes cidades brasileiras, a maioria de negros, no tráfico de drogas ilícitas com os crimes de Estado, como os que, pela primeira vez na história da República brasileira estão, numa inflexão histórica inédita, sendo neste momento julgados, condenados e punidos, ou os crimes “individualizados” de atores criminais que não teriam qualquer fundamento psicossocial: herdeiros de famílias milionárias que assassinam seus pais, casais que matam filha ou enteada, vereadores que batem em um enteado até matá-lo, pedagogos que matam mulheres brilhantes que os chefiam por misoginia e demais violências contra as mulheres, entre muitos outros casos similares.

Não estamos afirmando que a prisão, nesses casos, é caminho de socialização ou tratamento do ato criminal, mas sustentamos veementemente que adotar uma posição anti-punitivista, sobretudo nos casos de crime de Estado contra a democracia e contra a sociedade como um todo, seria dar provas de abdicação intelectual, cidadã e crítica. Do mesmo modo, considerar a mentira como categoria unívoca e universal, sem a particularização e a dialética que estabelecemos da mentira com o campo do inconsciente, seria absurdo: há – e hoje cada vez mais, na sociedade que promove incessantemente o *fake* como padrão de difusão em redes sociais com os mais espúrios interesses políticos – a mentira

não-dialética, não inconsciente, não articulada ao campo da verdade em uma perspectiva psicanalítica, à qual, apaziguados pelo afastamento dos riscos de mal-entendido através das distinções que fizemos, podemos serenamente retornar.

2. O inconsciente e a mentira

A própria admissão do inconsciente como campo em que se travam as espinhosas relações do sujeito psicanalítico com a sua verdade já bastaria para alterar o lugar da mentira na psicanálise. O inconsciente impõe ao eu, como condição estrutural de sua própria condição, que ele se constitua como lugar de engano. É por uma determinação do inconsciente que a noção de indivíduo e individualismo percam seus direitos de cidadania conceitual na psicanálise.

Não existe indivíduo, do ponto de vista psicanalítico. E se este termo deve ser mantido no léxico do psicanalista, seja em seu encontro diário com sua prática clínica ou em suas produções escritas, será sempre como um termo da língua, não de seu campo discursivo. Pois o inconsciente *divide* o indivíduo, que advém como clivado entre sujeito e eu, numa relação que, nas palavras de Lacan:

...situa a instância do *eu* [*moi*], desde antes de sua determinação social, numa linha de ficção, para sempre irredutível para o indivíduo isolado – ou antes que só encontrará assintoticamente o devir do sujeito, seja qual for o sucesso das sínteses dialéticas pelas quais ele deve resolver enquanto *eu* [*je*] sua discordância para com a sua própria realidade. (LACAN, 1966[1949], p. 94)

Eu e sujeito não se reencontrarão jamais, sua aproximação nunca concluída em algum ponto comum será sempre assintótica. Mas a frase diz mais: o eu (*moi*), como instância imaginária, situa-se numa linha de ficção, e aqui adentramos na questão da verdade que, por ser

estritamente dependente da linguagem, tem inelutavelmente estrutura de ficção. Mais ainda, a frase diz que o *eu* inconsciente, neste momento inicial do ensino de Lacan designado conceitualmente pelo pronome pessoal “sujeito” (em português denominado “do caso reto”), (*je*)² o eu que se conjuga com o verbo, estrutura-se em uma discordância fundamental em relação à sua realidade, razão de seu encontro/desencontro (que o termo *assintótico* exprime bem) com o devir do sujeito.

Aqui entram em jogo as categorias de verdade e realidade, como peculiarmente distintas em psicanálise. A verdade, sempre singular (e jamais individual), tem estrutura de ficção, o que denota sua dependência estrita em relação às marcas de linguagem que afetam o corpo do sujeito desde sua aparição no espaço do mundo. Mas justamente a verdade se faz tecer com os fios dessas marcas articuladas em feixes, em tramas inconscientes, que lhe conferem o estatuto de ficção, não de mero documentário do vivido – para usar aqui uma distinção do mundo do cinema. A mentira é absolutamente essencial ao estatuto da verdade inconsciente.

Mas, se dissemos que as marcas da linguagem que tecem a verdade do sujeito do inconsciente inscrevem-se no seu corpo desde sua aparição no espaço do mundo, ela, a verdade, não se relaciona com os elementos situacionais deste espaço, que a psicanálise conceitua como *objetos*, e espaço situacional se converte em uma cena, que Freud, utilizando uma expressão introduzida pelo físico Gustav Thodor Fechner,

2 Em seu escrito sobre O estádio do espelho como formador da função do eu [Je] tal como nos é revelada na experiência psicanalítica, (1966[1949]), Lacan utiliza a distinção entre eu inconsciente, para a qual utiliza o pronome pessoal reto (Je) e o eu imaginário, efeito da identificação do sujeito com a imagem do corpo próprio, para o qual utiliza o pronome pessoal oblíquo (moi). Esta formulação não será mantida em seu ensino, passando ele a falar simplesmente em sujeito, para o primeiro caso, e eu, para o segundo.

chamou de *uma outra cena (eine andere Schauplatz)*,³ a cena inconsciente.

Assim, o mundo psíquico, para a psicanálise, estrutura-se em duas vertentes – uma eminentemente simbólica, marcada pelo registro da linguagem., constituído por traços e fragmentos de matéria simbólica articulados em uma malha feita de letras e na qual se produz a ficção que é a verdade do sujeito, e outra centrada na cena, no espaço constituído pelas dimensões do visível e do invisível (Merleau-Ponty, 1964), na imagem dos objetos e do próprio eu, marcada pelo registro do imaginário. As dimensões de cena, de espaço situacional e de objeto constituem esta segunda categoria, a de *realidade*. Ela é segunda na ordem de apresentação no presente texto, e segunda também na estruturação do sujeito, secundária, portanto, subsidiária que é da trama simbólica do inconsciente do sujeito. Necessário dizer que ambas essas dimensões, a da verdade e a da realidade, estão articuladas ao terceiro registro introduzido por Lacan na estrutura, o real, e com ele se relacionam de modos distintos, entretanto homólogos: o inconsciente, aqui escrito em sua forma substantiva, *tece-se* como trama simbólica em torno de um ponto não-simbolizável, como o *umbigo* não interpretável dos sonhos, ponto de resistência irreduzível, que é o lugar do real. O imaginário, em sua dimensão inconsciente, aqui escrita em sua forma adjetiva, *monta-se*, como toda cena *visual e visível*, em torno em um

3 Theodor Gustav Fechner foi um brilhante físico e matemático alemão (1801-1887) que, aos 38 anos, foi seriamente ameaçado por uma cegueira, o que desencadeou uma forte crise emocional que o impediu de seguir lecionando e o levou a interessar-se pelas questões psíquicas, que ele articulava com a sua ciência de origem, a Física. Foi ele e não Freud que afirmou que a cena psíquica dos sonhos era diferente da cena dos pensamentos de vigília e cunhou a expressão *uma Outra cena (eine andere Schauplatz)* para designar esta outra cena psíquica na qual os sonhos se produziriam. Freud colheu essa expressão e a utilizou fartamente na sua *Interpretação de sonhos*, de 1900 que, como vemos no nosso próprio texto, terá importantes desdobramentos na psicanálise.

ponto *não visível* (daí a referência *merleau-pontyana* que fizemos ao visível e invisível), o real irreduzível à dimensão visual, que entretanto a estrutura como visível.

Depreende-se facilmente do que vimos articulando que a verdade é sempre do domínio do sujeito do inconsciente e, embora ficcional, necessária e estruturalmente articulada à dimensão da mentira, não se confunde com o nível de desconhecimento radical que caracteriza o eu do imaginário, narcísico, que, ao erigir-se como estátua de si mesmo, não necessariamente enaltecida (o narcisismo de Freud nada tem a ver com a autoestima (alta ou baixa) dos psicólogos), mas estrutural e dialeticamente problemática e conflitual, ao proclamar-se como “eu sou este que...” ou “eu sou assim”, desconhece o que na verdade ele é, e que na verdade jamais virá a conhecer completamente. O desconhecimento do eu imaginário é não-conhecimento, o oposto do conhecimento (termo que deve aqui ser entendido no mesmo sentido em que é empregado no campo científico) do que seria o real. Já a relação da verdade do sujeito com a mentira é de outra ordem, da ordem de um saber e não do conhecimento: da verdade, pode só se saber não toda.

E, seguindo Hegel podemos afirmar que a verdade é o que escapa ao saber – não ao conhecimento que, nas ilusões positivistas, se pretende e se afirma como objetivo, mas que na psicanálise designamos como objetar para indicar que este conhecimento que é desconhecimento radical diz respeito às relações do sujeito com o objeto, sempre interno-externo, subjetivo-objetivo. O positivismo é insustentável na psicanálise, como o é no marxismo e em todo modo de produção de saber derivado da inflexão que Hegel impôs ao campo científico, e que levou Lacan a afirmar que foi Marx e não Freud que inventou o sintoma, com a introdução do conceito de *mais-valia* (*Mehr Wert*, sobre o qual é plasmado o conceito lacaniano de *mais-de-gozar*), pelo qual, ainda segundo Lacan, Marx subverte teoria do conhecimento (Lacan, 1971/72).

Freud, em nossa leitura, segue este caminho e, a despeito de sua sólida formação nos cânones científicos do século XIX, inscreve-se na linha subvertida por Marx no mesmo século XIX e cria um novo campo de saber e experiência, saber estritamente decorrente da experiência que, no entanto, não é nem espontaneísta nem intuitivista, mas estruturada por princípios lógicos marcados pelo saber que ela, em reversões dialéticas, produzirá.

3. Verdade e realidade

A Outra cena (aqui com o pronome *Outra* escrito em maiúsculas para demarcar sua dimensão inconsciente) corresponde exatamente, na formalização lacaniana, ao que Freud conceituou como *fantasia*. Herdeira do *próton pseudos*, a mentira histórica fundamental com a qual iniciamos este escrito, a fantasia, na própria tessitura literal do termo que a designa, traz a dimensão do que não seria verdade, mas veste enganosa, máscara que encobriria o verdadeiro ou o real. Pois bem, a fantasia é a realidade do sujeito, realidade inconsciente, sempre objetiva-subjetiva, sempre interna-externa, tal como a *banda de Möbius*, figura topológica (Fig. 1) – uma fita cilíndrica que sofre uma torção simples que faz com que os dois lados, o interno e o externo, continuem um no outro, sem dobra o quebra, passando a ser unilátero, como na imagem abaixo:

Figura 1 - Banda de *Möbius*



Invocar a distinção entre duas palavras da língua alemã que designam realidade – *Realität* e *Wirklichkeit*. a primeira de origem latina e a segunda germânica – é aqui interessante: a forma latina diria respeito à realidade objetiva, perceptiva, enquanto a forma germânica exprimiria a realidade subjetiva, interior. Podemos dizer que, em Freud, essa oposição se dissolve, não havendo realidade objetiva que não seja a apreensão, pelo sujeito, dos elementos, fatos e objetos do mundo, segundo as lentes que sua cena fantasística configura para si. Não há neutralidade na percepção do mundo, o que pavimenta uma via de aproximação do conceito de fantasia com o de ideologia – posto que não há neutralidade em nenhuma apreensão ou elaboração teórica da realidade social. Em contrapartida, dado que Freud jamais incorreu em qualquer forma de idealismo, a fantasia se plasma sobre o elemento objetual real, e não em quimeras inventadas pelo sujeito a partir do nada-de-real de um criacionismo puramente internalista.

A questão é que o objeto sobre o qual o sujeito cria a fantasia fundamental que rege o seu modo de tomar posição no mundo não é empírico, não é um objeto exatamente objetivo, mas “o fundamento não-objetivável de toda objetividade possível” (Lacan, 1962/63, p. 118), que Lacan conceituou como objeto *a*. A formalização lacaniana da fantasia (Fig. 2) indica o conjunto possível de relações, figurado pelo símbolo \diamond ,

entre um sujeito, cuja barra marca seu lugar no recalque como sujeito do inconsciente, com este objeto *a*, sendo que nenhuma dessas duas categorias tem qualquer consistência ou substância, constituindo duas funções lógicas, entretanto ancoradas no real:

Figura 2 – Formalização lacaniana da fantasia

$$\$ \diamond a$$

A fantasia é, assim, uma das dimensões mais complexas e importantes do campo do sujeito, o cerne de sua posição subjetiva – neurótica, psicótica ou perversa – no mundo: nas suas relações com os outros, com o desejo, com o amor, com o trabalho, com as suas formas de gozo.

Ao estabelecer a equivalência entre a realidade objetiva e subjetiva – equivalência que Lacan fará coextensiva à fantasia – Freud afasta qualquer possibilidade de uma instância como o Eu ser o parâmetro da realidade, equívoco que regeu toda a chamada *Psicologia do ego*, corrente da psicanálise que, não por acaso, dominou a psicanálise nos Estados Unidos, considerando as coordenadas da cultura norte-americana, baseada na adaptação aos valores sociais, posição que é a mais antitética possível à direção ética, metodológica, clínica e política da psicanálise freudiana, sempre libertária, por isso mesmo anti-liberal, anti-individualista, e que concebe o inconsciente, o que há de mais íntimo no sujeito, como tendo estrutura coletiva, não de grupo de indivíduos, mas de coleção de fragmentos, traços, estilhaços de alteridades transgeracionais e ancestrais.

A fantasia é, assim, uma elaboração ilusória sobre o real da posição do sujeito como objeto do Outro. Se atentarmos para a etimologia da palavra ilusão, do latim *iludere*, “entrar no jogo”, veremos que a fantasia é a porta de acesso ao jogo do desejo e do gozo, mas ainda marcados pelo inconsciente recalcado. O jogo do desejo inconsciente pressupõe uma ilusão, e portanto algo da ordem da mentira que é, ao mesmo tempo, o único acesso à verdade do desejo do sujeito. Através da experiência psicanalítica, o sujeito pode atravessar essa mentira fundamental e ver-se como sujeito situado, em larga medida, fora dela, sem contudo eliminá-la, reconhecendo sua posição de objeto e assumindo-a, não como quem o caça, mas como que opera a partir deste lugar mesmo de objeto.

Para isso o sujeito, na posição de analisante, responde ao desejo do analista que o afeta com o que Freud concebeu sob o nome de transferência, fenômeno que assume as formas do amor, mas a ser aqui entendido em sua extensa diversidade de formas, não identificado às formas culturais prevalentes do amor, ou do enamoramento, mas o conjunto de expressões do afeto, da libido mas também do ódio. Ora, a transferência só pode ser devidamente situada em sua função na experiência analítica se entendermos seu engodo, sua mentira essencial: os afetos endereçados ao psicanalista não são *verdadeira* ou *originariamente* ligados a ele, nem tampouco meras transposições de afetos que teriam sido originariamente endereçados aos seus pais, por exemplo, e agora são atualizados no endereçamento ao analista. Esta é uma visão reducionista da experiência psicanalítica ao âmbito familiar da família triangular burguesa, vicissitude que também atingiu a ideologia do complexo de Édipo, reduzido a uma historieta familiar, quando o Édipo em psicanálise é coisa completamente diferente: é uma estrutura, aquela que medeia as relações do sujeito com o seu desejo, mais particularmente seu desejo sexual, justamente porque a pulsão sexual,

para Freud, não traz consigo seu objeto, sendo então preciso que um complexo estrutural abra e pavimente as vias de acesso ao desejo e ao objeto sexuais.

O engodo da transferência pode ser formulado do seguinte modo: já tendo sido afetado pelo desejo do psicanalista, e, assim, pela causa que sustenta o seu desejo e trabalho de análise, o sujeito responde com sua fantasia atualizada sob as formas do amor. E seu maior temor não é o de ser enganado pelo psicanalista, mas o de enganá-lo, ou seja, o risco de que o psicanalista “caia” no seu engodo, na sua mentira.

Como vemos, a mentira, entendida desde a perspectiva do inconsciente, e por conseguinte tomada no processo dialético que a faz parceira do interjogo com a verdade, é fundamental na psicanálise e cumpre diferentes funções na experiência psicanalítica.

Para concluir, não poderíamos deixar de fazer alusão a uma noção avançada de Lacan, que não encontramos em Freud, que é a noção de semblante. Antes de entrar nesta noção, recordemos que é uma marca da escrita em psicanálise, que encontramos tanto em Freud quanto em Lacan mais do que em outros autores do campo, o uso do que nós próprios, em outro lugar, designamos como *verbo comum* para exprimir um *senso (sempre) incomum*, posto que, se a psicanálise utilizasse o verbo comum para exprimir o senso comum ela não teria razão de existir. O sentido dos conceitos psicanalíticos é sempre incomum, mas os termos usados para formulá-los são extraídos da língua corrente, nunca utilizado vocabulário erudito ou “técnico”. Freud recorre com frequência a termos antigos ou greco-latinos (como *falo*, *libido*), mitológicos (*Eros*, *Thanatos*, *narcisismo*), trágicos (*Édipo*) ou até mesmo pouco usuais (*Trieb*) mas nunca eruditos ou de alta cultura, o que é uma marca interessante da literatura científica da psicanálise e aponta para sua direção não-elitista.

Em muitos casos o sentido desses termos é subvertido, mas mantido em sua forma corrente. Este é o caso do semblante, desta vez por Lacan. A palavra francesa *semblant* significa aparência, em geral destinada a ocultar algo verdadeiro por trás do que aparece. *Faire semblant* é fingir, mentir, como no exemplo: *Il fait semblant d'être un bon homme, mais il est un grand salaud!* (Ele finge ser bom homem, mas é um grande canalha!).

Na subversão que faz Lacan do sentido do termo, no movimento de aproximar o simbólico do real, no qual ele se encontra no momento em que introduz este termo (Lacan, 1972/73), o semblante será o que aparece, o que é possível mostrar-se do real – que é impossível de mostrar-se – e portanto o semblante é o ponto máximo em que o significante pode chegar em sua aproximação do real. É o que aparece, mas não para ocultar nada por trás de si, e o que aparece é o que efetivamente é, o que se pode ter e ser do real, que estará sempre além desta aparência. É como uma máscara que ocultaria um nada no lugar do rosto que ela cobriria, um não-rosto, um vazio de rosto, mas que nem por isso deixa de afetar o âmago da máscara. A máscara porta, aliás intensamente, o efeito do vazio real que ela recobre, fazendo com que esse efeito se transmita para “dentro” do espaço do representável, da relação com outrem, no imaginário e no simbólico em que essa relação se trava.

Quando elabora a sua teoria dos discursos (Lacan, 1969/1970) [8], como é chamada, na qual o discurso é uma escrita e não uma fala, não uma sucessão concreta de palavras enunciáveis no tempo mas uma articulação de lugares e letras sem palavra alguma, Lacan concebe que o lugar chamado de agente do discurso, o primeiro lugar do discurso, é sempre um semblante, posto que o discurso não articula entidades positivas, empíricas, mas posições, lugares nos quais o real incide sem ali se escrever efetivamente como letra de discurso, posto que o real é o

que não cessa de não se escrever. O que se escreve no agenciamento do discurso só pode ser, assim, um semblante (Lacan, 1971) [9] do real que ali não se escreve mas incide fortemente.

No discurso psicanalítico – que estabelece, como todo discurso, um laço social – o lugar do agente é ocupado pelo semblante do objeto *a*. O analista ocupa o lugar do semblante do objeto *a* no agenciamento do laço analítico, o laço que instaura uma análise como tal. O analista é o “aparente” que faz operar ali o que não se representa ali.

Mais uma vez aqui temos a incidência de uma das muitas dimensões que a mentira na experiência psicanalítica. Mentira porque todo discurso é artefato, é semblante, nenhum deles é o próprio real, o que seria o ser sustentado por si mesmo. Para mostrar em seu Seminário o que quer dizer com semblante em sua relação com o ser, Lacan propõe uma alteração na escrita do verbo *parecer*; infiltrando na escrita do próprio verbo o verbo *ser* (ibid. p. 62) [10]. Fazendo a correspondência, perfeitamente possível, para o português, teríamos o verbo *parecer* escrito *paresser*; ou seja, um modo de *parecer* que também é *ser*, que também é. No presente do indicativo: *eu paressou, tu paresses, ele parece, nós paressomos, vós paressois, eles pareessem*. O semblante é um artefato, um não real que traz o que é possível do real para a cena de um laço, o laço mais subversivo de todos, o laço analítico, o que transforma o sujeito por sua transmutação no objeto que ele é e sempre foi desde seu nascimento, mas que ele precisou revestir de todos os mantos identificatórios da subjetividade para constituir-se como sujeito no espaço social, e de todos os traços da erotização libidinal para entrar no comércio sexual e amoroso.

Desde a imposição do inconsciente, nada é possível a sujeito sem o recurso ao que mente, mas sempre em sua relação tensa e íntima com o diz a verdade.

REFERÊNCIAS

BATISTA, N. Punidos e Mal Pagos: Violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2019.

FREUD, S. Projeto para uma psicologia (Entwurf einer Psychologie) 1977[1959/1895], in Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1977, Vol. I, pp. 463 e segs.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu [Je] tal como nos é revelada pela experiência psicanalítica, (1966/1949), in Escritos, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 98.

LACAN, J. O Seminário, Livro XVIII – De um discurso que não seria semblante (1971), Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009, p. 153.

LACAN, J. O Seminário, Livro X - A Angústia (1962/63), Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 118.

LACAN, J. O Seminário, Livro XVII – O avesso da psicanálise (1969/70), Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

LACAN, J. O Seminário, Livro XVIII – De um discurso que não seria semblante, op. cit.

LACAN, J. O Seminário, Livro XX – Mais, ainda (1972), Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 62.

MERLEAU-PONTY, M. O visível e o invisível (1964, obra de publicação póstuma organizada por Claude Lefort), São Paulo: Editora Perspectiva, Coleção Debates, 2020.

WACQUANT, L. As prisões da miséria, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.